

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS HISTÓRICOS DR. ANTÓNIO DE VASCONCELOS

Revista Portuguesa de História

TOMO VI

HOMENAGEM AO PROF. PIERRE DAVID
VOLUME I



COIMBRA / 1955

Prof. Doutor Pierre David

A morte do Prof. Pierre David, ocorrida a 17 de Setembro de 1955 no hospital de Vinay, junto de Serre-Nerpol, sua terra natal, causou neste Instituto de Estudos Históricos, que ele tanto tinha animado e prestigiado com o brilho do seu talento e a vastidão impressionante da sua cultura histórica, a mais viva emoção.

É que Pierre David fora, durante os últimos catorze anos da sua vida, o seu mais assíduo e devotado colaborador e mestre.

Realmente, ao longo desses anos de convívio a bem dizer constante, estimulou e orientou, com uma lealdade e uma devoção verdadeiramente exemplares, grande parte dos seus trabalhos, alguns dos quais só puderam realizar-se devido à sua colaboração prestimosíssima ⁽¹⁾.

Mas o Padre David foi mais longe: conseguiu rasgar novos caminhos não só à nossa história eclesiástica, mas também à nossa história política, esclarecendo de uma maneira impressionantemente viva alguns aspectos fundamentais da formação da nacionalidade portuguesa.

Quando chegou a Coimbra, em 1941, trazia na alma, a amarfanhá-la, o espectro da derrota. Nada podia, por

¹) Dessa colaboração dão testemunho, não apenas o *Livro das Kalendas* e outros trabalhos publicados por este Instituto de Estudos Históricos, a que nos referiremos adiante, mas também muitas notas, que, em geral, redigia com o propósito de nos esclarecer mais completamente sobre algum dos temas abordados em conversa.

Transcrevemos, a título de exemplo, algumas dessas notas no final deste artigo.

isso, ser mais propício ao seu espírito atribulado do que um refúgio que contribuisse para sarar feridas ainda a sangrar, restituindo-lhe a paz de espírito indispensável à prossecução da sua actividade intelectual.

Encontrou-o neste Instituto de Estudos Históricos, onde — como diria mais tarde, com uma generosidade tão sua — logo reconheceu aquelas «disciplinas intelectuais que são simultaneamente virtudes morais: probidade, paciência, modéstia na investigação, respeito intransigente da verdade até ao escrúpulo, gratidão para com os mestres desaparecidos que se concilia com o propósito de verificar dados e soluções dos problemas» (2) — e por isso se lhe devotou inteiramente.

Encontrou-o ainda na nossa velha Sé, que, sugerindo-lhe a evocação de um passado heroico a que sentia tão ligada a sua Pátria distante, constituiu para ele verdadeiro bálsamo.

Realmente, vendo na cortina da sua porta «uma barreira contra o delírio e o tumulto» do mundo, pôde sentir dentro dela, sob os seus arcos e ogivas, aquela «serenidade luminosa, grave e apaziguadora», de que o seu espírito carecia para se reconfortar. E pôde, por isso, dizer, com aquela delicadeza que lhe era timbre, que, se a hospitalidade portuguesa não o tinha deixado um só momento sentir-se exilado, sob essas abóbadas sentia-se «ainda mais em comunhão com a tradição desses clérigos e desses cavaleiros que há oitocentos anos vieram de além-Pirenéus para servir com tamanha sinceridade a sua nova pátria» (3).

(2) No *Avant-propos* do seu livro: *Études historiques sur la Galice et le Portugal*, «pág. XIII-XIV.

(3) «No Prefácio do seu livro *A Sé Velha de Coimbra das origens ao século XV*, :pág. 5.

E foi assim, fortalecido por estes estímulos, que se lançou ao trabalho com uma decisão e até um entusiasmo que nem a idade, nem os sofrimentos morais, agravados com a perda dos instrumentos de trabalho que conseguira reunir ao longo dos últimos dezassete anos de um labor intensíssimo, puderam abalar (4).

Considerando, como tantas vezes dizia, que «a História vive de comparações e de paralelos», acreditava que os factos e os monumentos portugueses podiam ser proveitosamente estudados à luz projectada pelos factos e monumentos dos outros países da Cristandade medieval que tão bem conhecia, tanto mais que «o método e as ferramentas da História são os mesmos nas margens do Mondego, nas do Tibre ou do Vístula» (5). E assim se explica que a sua actividade entre nós fosse, desde logo, verdadeiramente prodigiosa.

Quantas vezes tínhamos mesmo dificuldade em o acompanhar, sentindo—humildemente o confessamos—que exigia de nós mais do que as nossas pobres forças permitiam. Mas nem por isso o abandonámos. E a sua colaboração, o seu estímulo, o seu conselho passaram a constituir para nós um bem tão grande, que até à sua morte não mais os pudemos dispensar. Não dizemos bem, porque, continuamos a sentir a presença do seu espírito a iluminar e a disciplinar o nosso.

Já em 1943, rendendo homenagem à sua actividade prestantíssima neste Instituto de Estudos Históricos, tivemos ocasião de assinalar a imensa bagagem intelectual que adquirira não só em França, mas também em Roma e em

(4) De 1922 a 1939, em Cracóvia (Polónia), em cuja Universidade exerceu funções docentes, como membro das Missões Universitárias francesas.

(5) In *A Sé Velha* cit., ipág. 6.

Cracovia, e a obra notabilíssima que conseguiu realizar ao longo de cerca de quarenta anos de investigações sobre os textos e os monumentos da Idade-Média (6).

Pôde, por isso, a sua actividade intelectual ser logo assinalada entre nós por estudos muito notáveis, tais como As fontes e a data do poema provençal da Santa Fé (7) ; La Sé Velha de Coimbra et les dates de sa construction (8), que mais tarde havia de retundir e ampliar; La légende épique de Gautier (9) ; os Sentiers dans la forêt du Saint Graal (10); além dos que publicou no tomo II desta Revista (n), com que promissora e inaugurou a sua colaboração nos trabalhos do nosso Instituto, desde logo acompanhada por intenso labor docente.

De tacto, logo que chegou a Coimbra, além de um curso de Literatura provençal, regeu mais dois de História, sendo um sobre as Escolas e o Ensino na Idade Média (12),

(6) Nesta Revista, Tomo II, págs. 585-597.

(7) ' In *Boletim do Instituto de Estudos Franceses*, tomo I i(1940-1941). Coimbra, 1941.

(9) In *Bulletin des Etudes Portugaises*, do Instituto Francês de Lisboa, ano de 1942, fase. I.

!(9) *Étude sur le Waltharius et le Moni âge Gautier*, in *Biblos*, vol. XVIII, tomo II.

(10) In *Boletim do Instituto de Estudos Franceses*, vols. II-III (1941-1943). Coimbra, 1943.

O¹) O primeiro que publicou foi sobre *Les Saints Patrons d'églises entre Minho et Mondego jusqu'à la Un du XI* siècle (Étude d'hagiotoponymie)*, que indu: ri a, depois, nos sens *Études historiques sur la Galice et le Portugal*, que apreciaremos em seguida.

(12> Fai o seguinte o seu programa:

Introdução:

A herança da cultura antiga no fim do século V. 'Atitude da Igreja relati vamente à literatura antiga: o conflito moral e a solução prática.

'I — Do século V à Renascença Carolina (500-750):

A instituição monástica e a cultura literária. IS. Bento e Cassiodoro.

As escolas eclesiásticas das catedrais e das igrejas paroquiais: legislação conciliar.

As últimas «escolas dos reitores».

e outro sobre a Liturgia e as Instituições eclesiásticas (13).

Os quadros de ensino: Martianus Capella e as sete artes.

A gramática: Prisciliano. A «Anthologia» latina.

Estado dos conhecimentos literários e das escolas nos diferentes países.

Roma e a Itália ostrogoda: (Boécio, Gaisiodoro e S. Gregório.

A Península Ibérica visigoda: S. Isidoro de Sevilha e S. Martinho de Braga; o rei Sisebuto.

A Gália e a Germânica. Os últimos clássicos: Avitus de Viena, Sidonius Apolinário, Fortunato. Os primeiros escritores da Idade-Média: S. Gregório de Tours.

As Ilhas Britânicas. Conservação do latim como língua erudita. Missionários enviados pela Santa Sé: Beda, S. Bonifácio, Os Scotti.

■ II — *Da Renascença Carolina à Renascença dos séc. XI e XII (750-1050)*.

• Causas e fins da obra dos carolinos. Os auxiliares de Carlos Magno: Alcuino, Paulo diácono, Teodulfo. Carácter europeu desta renascença.

As escolas do Palácio. As escolas monásticas. As escolas episcopais.

Persistência da cultura na Península Ibérica: a Escola de Córdova.

Os livros escolares e os quadros de ensino.

As bibliotecas e a transmissão dos clássicos.

Formação da nova poesia: literatura erudita e literatura popular.

• Renovação dos estudos gregos pela «Filosofia e pela Teologia». Scot Erigenes.

III — *A renascença dos sécs. XI-XII e as primeiras Universidades (1050-1200)*.

Os velhos quadros de ensino e o espírito novo.

Principais centros intelectuais: escolas episcopais, escolas monásticas e as cortes reais e senhoriais.

Os quadros e os métodos de ensino: Um dia escolar no séc. XII.

Mestres e estudantes. Autoridades escolares. Instrumentos de trabalho.

A corrente humanista e a corrente anti-humanista. Triunfo do Humanismo.

A Filosofia: como dos antigos quadros surgem novos problemas; a Dialéctica, Platonismo e Aristotelismo.

A renascença do Direito romano.

As primeiras Universidades.

(13) «Embora tivesse publicado o «resumo de algumas lições deste curso, julgamos ter interesse o conhecimento do programa que elaborou para uso dos seus discípulos, e por isso o transcrevemos aqui:

I — *LITURGIE*

La liturgie «primitive et sa différenciation» au IV^e siècle.

Brève caractéristique des liturgies orientales, d'Alexandrie, d'Antioche et de Constantinople.

Les liturgies occidentales. La liturgie romaine. Les autres liturgies de l'Occident latin, en Gaule, en Espagne, dans l'Italie du nord, (gallicane, hispanique, ambrosienne).

Expansion de la liturgie romaine: en Gaule et dans l'Empire franc au VIII^e siècle, en Espagne au XI^e siècle.

*Mas são sobretudo os seus trabalhos publicados nas
nossas revistas e no Bulletin des Etudes Portugaises, do*

Particularités liturgiques locales au sein de la liturgie romaine; unification
au concile de Trente. (Liturgies locales de Lyon, de Biraga, de® ordre® religieux.

- a) **Les livres liturgiques de la messe:**
'Sacramentaires léonien, gélasien, grégorien.
Lectioinaires; le *Liber comicus* hispanique.
Antiphonaires.
Tropaires.
Formation du chant grégorien.
'Constitution du missel plénier.
Les directoires liturgiques: *Ordines romani*; Cérémonial.
- b) **Les livres liturgiques des autres sacrements:**
Formation du *Pontifical* dans l'Empire franc; pontifical romain; ponti-
ficaux des Eglises particulières: unification du (Pontifical. Manuels à
l'usage des simples prêtres; *sacerdotale*; Ritual romain; liberté des
usages locaux.
- c) **Livres historico-liturgiques:**
Listes des martyrs et des évêques dans les Eglises particulières.
Listes de 'Rome, de Syrie, d'IAfrique, etc.
Les *Acta martyrum*, et leurs divers genres; leur autorité historique.
Les martyrologes. (Le martyrologe hyéronymien.
Les martyrologes historiques de Bède, d'Adon, d'Usuard.
Le martyrologe romain de Baroni us; son autorité historique.
(Calendriers locaux.
Les tables pascales, source des 'Annales.
Le *Capitularium* [ou recueil de la Règle, du martyrologe et du nécrologe
local] source des obituaires; importance historique de ces recueils.
- d) **L'Office Divin:**
Office des églises séculières, cathédrales et basiliques.
L'Office monastique.
Histoire sommaire du bréviaire romain; les bréviaires locaux.
- e) **Le costume ecclésiastique liturgique:**
Origine et évolution des diverses pièces du costume liturgique. Intérêt
archéologique de ce problème.
- f) **Les édifices ecclésiastiques:**
Distinction entre les églises destinées aux réunions habituelles du peuple
chrétien et les églises dédiées aux saints; titres et basiliques.
Oratoires et chapelles; groupes d'oratoires autour des cathédrales et des
grandes basiliques.
Histoire des vocables et des patrons célestes.
- It — ORGANISATION ET ADMINISTRATION DE L'EGLISE
- a) **Le Pape:**
'Histoire sommaire de l'élection pontificale.

*Instituto Francês de Lisboa, que testemunham, entre nós,
a riqueza do seu espírito criador.*

L'ég cardinalauz, origine et évolution de cette institution; rôle du collège cardinalice dans «l'élection du Pape et l'administration de l'Eglise.
Représentation du Pape hors de «Rome: Vicaires pontificaux.
Délégation de pouvoirs pontificaux aux archevêques; le pallium.
Légats permanents; légats temporaires. Nonces.

b) Organisation provinciale:

Provinces 'ecclésiastiques et métropolitains; organisation au IV^e siècle dans
;Les cadres de l'Empire «romain; decadeneo sous les royautés barbares;
réorganisation carolingienne.

;Les *archiepiscopi gentium* dans le mouvement missionnaire du VIII^e au XII^e «siècle.

Primats et patriarches occidentaux.

L'archevêque métropolitain. ;Ses prérogatives pour l'élection des évêques comprovinciaux et pour la tenue des synodes.

Diminution des prérogatives de l'archevêque par la centralisation romaine.

c) Les Evêques:

Election; le sens de la querelle des investitures.

Lutte pour la liberté des élections épiscopales.

•Eleotion par le chapitre. Rôle croissante du pontife romain dans la nomination des évêques.

Les auxiliares de l'évêque: les archidiares; origine des archidiares régionaux.

L'official, juge délégué.

Le vicaire général *in spiritualibus*.

Les évêques auxiliaires pour l'administration des sacrements.

d) Les Chapitres:

Origine, communautés de prêtres, de clercs et de ministres auprès des cathédrales «et de basiliques.

La vie et la propriété commune.

Premières règles canoniales; la règle de 816.

Renouveau de la vie régulière au XI^e siècle; la *vita apostolica* et la (Régie dite de Saint Augustin.

Les chapitres cathédraux; leurs dignités: prévôt, doyen, etc....

Partage des biens entre le chapitre et l'évêque.

Rôle liturgique des chapitres (*étymologie du mot chapitre*)'.

Rôle du chapitre dans l'élection des évêques.

e) Chanoines réguliers:

Les premières congrégations: Oulx, Saint-Ruf, Arrouaise, Premontré, Saint-Victor etc. Les Chanoines du Latian. Importance des chanoines réguliers dans la réforme du XI^e et du XII^e siècles.

f) Les Paroisses:

La cathédrale paroisse unique aux origines.

Por isso, embora o insigne medievalista continuasse a sua actividade docente com modelar assiduidade (14), é o seu labor literário que queremos especialmente assinalar, mencionando de preferência o que se relaciona com a nossa História.

Começaremos por nos referir ao estudo sobre A Sé Velha de Coimbra das origens ao século XV, que, como dissemos, constitui a ampliação do que antes publicara sobre o mesmo assunto.

A minuciosa análise do cartulário vulgarmente designado Livro Preto, e a do livro de aniversários conhecido

Eglises des *vici* ou centres ruraux, églises baptismales.

Eglises rurales, oratoires des grands domaines.

Le régime de l'église privée et son évolution vers le droit de patronage.

Les églises rurales sous le domaine seigneurial et leur libération des mains laïques.

Les saints patrons des paroisses: interet historique de cette question.

g) *La vie des Clercs et le célibat ecclésiastique.*

h) (Les Ordres Religieux:

Vie monastique aux IV^e et V^e siècles en Orient et en Occident.

Les plus anciennes régies.

Unification de la vie monastique sous les règles communes.

¡Saint Benoit, ¡Saint Isidoro, ¡Saint Colomban.

Triomphe de la règle bénédictine du VII^e au IX^e siècle.

Les réformes monastiques: Cluny, Citeaux.

Ordres érémitiques: Chartreux, Camaldules, etc.

Les ordres mondants, conception nouvelle de la vie régulière.

III—LS DROIT CANONIQUE

Conciles généraux, nationaux, provinciaux:

Décrétales des Papes.

Les plus anciennes collections canoniques.

Les fausses décrétales.

Les collections de la réforme grégorienne.

Le Décret de Gratien.

(Formation du *Corpus Juris Canonice.*

(14) ¡Realmente regeu nos anos seguintes, cursos de *Latim medieval*, de *Fontes latinas da História da Península Ibérica*, e ainda de *Instituições eclesiásticas*, de que publicou o resumo no Tomo ¡EU desta Rievista (págs. 661-670)i.

pelo nome de Livro das Kalendas, permitiu-lhe antecipar o início da construção da Sé para o período compreendido entre 1139 e 1142, em que foi demolido o edifício sesnandino, passando, por isso, o culto a praticar-se na igreja de S. João de Almedina; e permitiu-lhe ainda averiguar que o título de fundador da nova catedral cabe não ao bispo chuniacense Bernardo, que então governava a diocese, mas ao próprio rei D. Afonso Henriques (1^B).

«Ora — observa o Historiador — esses anos constituem, não só na vida do soberano, mas também na história de Portugal, um momento decisivo». Realmente, «foi então que, seguro do futuro, em plena posse dos seus projectos e dos seus recursos, depois de uma feliz campanha contra os mouros, ele tomou o título de rei de Portugal». E Pierre David conclui, interrogando: «Não terá sido levado por um pensamento de gratidão para com Deus, e de confiança na Providência que, de acordo com o bispo Bernardo, decidiu construir na própria capital do reino esse santuário e essa fortaleza?» (1⁶).

Parece-nos desnecessário encarecer o interesse desta sugestão que, a comprovar-se, constituiria mais uma prova da importância que a batalha de Ourique teve no processo da independência de Portugal.

A Sé Velha de Coimbra surge assim, na visão do Historiador, como o primeiro monumento português com um significado verdadeiramente nacional—significado esse em que ninguém atentara ainda.

Mas o interesse deste estudo não reside apenas no esclarecimento dos problemas que se relacionam com a data da construção da velha catedral conimbrigense.

i(15) 'Capítulos II e III, pág. 31 e seguintes.

(16) *Ibidem*, pág. 55.

É também muito notável a análise que faz do seu estilo, que o leva a considerá-la como um dos mais formosos monumentos da escola do Languedoc, embora «por vários dos seus caracteres, principalmente pela ausência de campanário fazendo parte do corpo do edifício, pela simplicidade arcaica do seu plano e provavelmente pela decoração dos seus capitéis, a Sé Velha se ligue ao mesmo tempo à tradição arquitectural pré-românica da Península Ibérica» (17). E relativamente ao claustro, não hesita mesmo dizer que, no seu conjunto, «é obra de uma beleza não ultrapassada por nenhum dos mais formosos claustros da França meridional e da Espanha do norte», acrescentando: «O artista soube combinar perfeitamente a elegância e a robustez, sobretudo nos feixes de colunelos que suportam as bases dos grandes arcos quebrados». «Esta impressão de força — continua — é ainda aumentada pela massa dos contrafortes exteriores que dá a estas arcadas uma grande profundidade», obtendo-se assim — conclui — «um jogo muito feliz de sombra e luz sob a claridade do céu de Coimbra» (18).

Só pela identificação do seu próprio espírito com o dos que souberam dar vida e expressão àquelas pedras, podia Pierre David ter-se exprimido assim!

Mas há ainda neste livro uma outra parte especialmente digna de nota, que não podemos, por isso, deixar de referir. É a que versa o altar monolítico piedosamente transportado de Santo António dos Olivais, a cuja igreja devia ter pertencido, para a Sé — altar que Pierre David considerava o mais formoso entre todos os que conhecia desse gênero, acrescentando que o facto de nele ter certa-

(17) *Ibid.* pág. 69.

(18) *Ibid.*, pág. 65.

mente celebrado o próprio Santo Antonio, o torna «uma relíquia tão autêntica como preciosa» (19).

Embora rápidamente, não podemos deixar de nos referir também a outros trabalhos seus mais breves: Note critique sur le «cursus» dans la donation de Leiria au monastère de Sainte-Croix de Coimbra (20), em que, baseado nas regras do cursus, isto é, do ritmo que os notários medievais frequentemente imprimiam aos seus escritos, resolve o problema tão debatido da sua autenticidade, visto que as cláusulas controversas, contra as quais os bispos de Coimbra não cessavam de se opor, por ultrapassarem a competência da autoridade secular (doação de todas as igrejas, presentes e futuras, do termo de Leiria, direito exclusivo da sua construção concedido aos cônegos de Santa Cruz, isenção completa da autoridade episcopal), são justamente aquelas cujo ritmo se não coaduna com o que é adoptado no texto em causa, o que prova a sua interpolação; Regula Sancti Augustini, em que faz a critica do diploma sesnandino da Sé de Coimbra relativo à fundação do seu cabido regular, corroborada pela respectiva análise paleográfica (21) ; Varna et Guimarães, em que mostra que o primeiro topónimo, significando outeiro ou colina, podia ter sido aplicado ao castelo de Guimarães, só mais tarde se adoptando o genitivo de Vimara para o designar (22) ; Note sur la fausse lettre du Pape Lucius en faveur de l'Évêque de Coimbre, que contém observações

(19) *Ibid.*, pág. 99.

(20) Publicado no Tomo II desta Revista, <a págs. 309-315.

(21) No artigo intitulado *Regula Sancti Augustini: à propos d'une fausse charte de fondation du Chapitre de Coimbra*, publicado no Tomo UI desta Revista, a págs. 27 e segs..

(22) *Ibid.*, págs. 189-195.

perspicazes à bula apócrifa atribuída ao Papa Lúcio II, que Erdmann analisara anteriormente (23).

Mas é sobretudo aos artigos reunidos no livro que designou Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècle que nos queremos especialmente referir, pois é neles que o eminente lusólogo melhor se afirma, não só como um dos maiores cultores da nossa historia medieval, mas também, certamente, como o maior em relação à nossa historia eclesiástica, nomeadamente nas suas relações com as origens da nacionalidade.

De facto, a importância desses estudos é tão considerável, que não é mais possível apreciar a formação do Estado português sem os ter em conta.

Logo o primeiro, que versa a organização eclesiástica do Reino Suevo no tempo de S. Martinho de Braga, abre novos horizontes aos historiadores.

É certo que, desde a publicação dos curiosos capítulos que o P.^e Luis Gonzaga de Azevedo dedicou a essa época na sua História de Portugal, o seu estudo tem merecido especial atenção aos nossos medievalistas; mas nem por isso os problemas que suscita ficaram satisfatoriamente resolvidos. Pelo contrário até: certas confusões aumentaram ainda, pois a uma desoladora carência de fontes juntava-se a circunstância de não poder ser tomado em consideração um dos mais importantes documentos atribuídos a essa época.

Queremos referir-nos às chamadas actas de um concílio que se teria reunido em Lugo por convocação do rei Teodemiro em 569, actas essas desacreditadas pela crítica do P.^e Henrique Flórez, que o P.^e Risco, por muito que se

i(23) *Ibid.*, págs. 553-557.

empenhasse na sua reabilitação, não conseguira invalidar (24).

Ora, no referido estudo, Pierre David, depois de analisar minuciosamente as diversas lições desse documento, conseguiu, com grande sagacidade crítica, distratar de um texto viciado, incontestavelmente apócrifo, uma lista rigorosamente autêntica das paróquias das dioceses compreendidas no Reino Suevo.

«Consideramo-la — afirma o sábio medievista — como um documento do século VI (entre 572 e 582), contemporâneo de S. Martinho de Dume, peça única, sem equivalente em nenhuma outra província eclesiástica do mundo latino» (25).

É que, como observa ainda Pierre David, o Paroquial suevo constitui um dos raros casos em que a hipótese de uma falsificação é inadmissível.

Realmente, sendo os dados que apresenta relativamente à igreja britoniense e à organização das paróquias rurais ininteligíveis na época da Reconquista e nomeadamente no século XII, nenhum íalsário seria capaz de os inventar (26).

Assim, estabelecida a autenticidade do documento em causa, o Historiador pôde, baseando-se nele, assinalar um certo número de dados de grande interesse para um mais perfeito conhecimento da situação do País no século VI, entre os quais avulta o maior desenvolvimento da organização paroquial nas dioceses de Braga, Tui e Portucale, a testemunhar o zelo apostólico de S. Martinho de Dume, e a própria origem da cidade de Portucale (27).

(24) Vide a ipágs. 70 e segs.

(25) *Ibid.*, pá'g. 6.

(26) *Ibid.*, págs. 71-72.

(27) *Ibid.*, págs. 68-69 e 80.

Limitamo-nos a assinalar o estudo que se segue, aliás tão sugestivo, sobre a liturgia na Província bracarense no séc. VI (28), passando a reterir-nos ao que versa a Metrópole edesiástica da Galiza do séc. VIII ao XI, que tem para nós particular interesse, pois envolve problemas de capital importância para o conhecimento das origens de Portugal.

Tratase, realmente, de um estudo muito elucidativo, em que o espírito cintilante do autor, o perfeito domínio do quadro em que os acontecimentos se agitam e por vezes até se atropelam, lhe permitem tirar de textos aparentemente inexpressivos conclusões tão sólidamente alicerçadas que até parecem definitivas.

Depois de chamar a nossa atenção para o catálogo das dioceses do reino asturiano que o cronista de Albelda nos transmite, mostra que o bispo de Braga, apesar de residir em Lugo, em virtude da destruição daquela cidade, nem por isso perdeu a sua qualidade de metropolita bracarense; e passa a analisar o estado da população cristã do Noroeste da Hispânia, fazendo a crítica dos diplomas odoarianos, que rejeita como apócrifos, embora considere autêntica a personalidade do bispo Odoário, que um desses diplomas faz vir de África para se estabelecer em Lugo (29).

Pierre David alude claramente à crítica do Prof. Sánchez-Albornoz, que muito hábilmente procurou remover todos os motivos de suspeição destes diplomas, ao observar ter-se já tentado tornar verosímil esta tradição, admitindo que por África se entenderia a Espanha meridional, isto é, a parte da nossa Península conquistada pelos Mouros. Mas — acentua — a designação que lhe é dada pelos Árabes é Spania, como dizem os documentos de

(28) ;Publicado a págs. 83-118.

(29) i Págs. 134 e «egs..

Braga relativos a Odoário, exprimindo então o termo África apenas o Sul, como ponto cardeal, ou o vento desse quadrante. E assim — conclui — seria preciso violentar a letra destes diplomas para evitar o absurdo de uma personagem que, tendo vivido até aos últimos anos do século VIII, fosse já bispo quando os Árabes conquistaram o Magrebe africano (30).

É certo que os prelados lucenses exerciam, no século XII, direitos senhoriais sobre a cidade e as respectivas portas e muralhas. Mas, ao passo que os reis de Leão consideravam serem esses direitos resultantes de uma concessão real, a Igreja lucense defendia a teoria segundo a qual provinham da herança de Odoário, que, tendo encontrado a cidade e o seu território abandonados, os tinha ocupado e repovoado.

Ora, apesar de lendária, esta última versão assenta num facto histórico: ter sido Odoário — talvez o único prelado existente na monarquia asturiana durante o reinado de D. Afonso I — bispo de Braga e, como tal, metropolitano da Galiza.

De facto, foi só a partir dos fins do século X, desde o episcopado de Pelágio, que os seus sucessores, embora continuassem a considerarse metropolitano, passaram a designarse simultaneamente bispos de Lugo, sem, no entanto, deixarem de distinguir os dois títulos (31).

Parece-nos desnecessário encarecer a importância destas conclusões. Basta considerar a incongruência, que parecia insanável, das hipóteses tecidas à volta da diocese

(30) Mas não quererá a expressão *África* indicar que a diocese de Odoário ficava ao sul de Lugo, podendo, 'assim, referir-se a Braga, de que Odoário seria bispo antes dos Ismaelitas aí chegarem? Pierre David não admitia de modo nenhum esta hipótese. (Pag. 135).

(31) Págs. 139-140.

bracarense e do papel que teria desempenhado nos primeiros séculos da Reconquista, para que a sua importância ressaltasse aos nossos olhos.

Mas não foi apenas à Igreja bracarense que o eminente lusólogo prestou com este estudo um serviço inestimável; foi à própria História de Portugal no seu mais amplo sentido.

Merece ainda particular referência a análise muito acurada, feita neste mesmo estudo, dos textos que contêm as mais antigas referências à Terra ou Província Portuguesa, pois dela dependem as conclusões a que o Historiador chega relativamente ao despovoamento do norte de Portugal, em consequência das campanhas empreendidas por D. Afonso I.

Considerando, por um lado, que esses diplomas reflectem pretensões baseadas não só em direitos anteriores à Reconquista, mas também em concessões recentes ou ainda em meras situações de facto, e, por outro, que os dizeres dos cronistas do ciclo de Afonso III correspondem «a uma tese jurídica da monarquia asturiana, destinada a justificar a apropriação pela coroa destes territórios e a política das presúrias, sem se preocupar demasiadamente com a realidade dos factos» (32), Pierre David não aceita a tese do despovoamento tal como a apresentou Herculano e, mais recentemente, Sánchez-Albornoz.

«Acréscete-se — observa ainda — que é preciso interpretar com moderação as fórmulas das cartas de presúria. Desertus et incultus locus significava apenas uma terra sem senhor; trahere terras ex eremo não quer dizer arrotear uma parcela de desertos, mas transformar em terra cul-

(32) (Págs. 174 e 323 « segs.

tivada o que ainda hoje se chama, na França meridional, um ermo. Vastitas eremi não deve, pois, traduzir-se por um grande deserto, mas por terras em estado de abandono» (33).

A solução do problema depende, pois, da hermenêutica das fontes tanto narrativas como diplomáticas. Mas é sobretudo baseado nestas que Pierre David chega à conclusão de que, «se antes de Afonso III, os quadros administrativos e militares faltam ao sul do Minho, nem por isso esta região deixa de ser habitada e cultivada; tenuemente habitada, mediocrementemente cultivada, com alternativas de tranquilidade e de pânico, mas nem despovoada, nem reduzida a um deserto». E acrescenta: «Pelo menos um quadro subsiste: o quadro diocesano e paroquial».

«Que o quadro diocesano se mantém — acentua Pierre David — prova-o a autoridade persistente do metropolitano de Braga, embora tivesse de residir em Lugo. A persistência do regime paroquial é demonstrada pelo estudo dos santos padroeiros de igrejas na região que nos interessa. De facto — acrescenta — nos séculos X e XI, as antigas igrejas ou as que foram reconstruídas têm como titulares os mesmos santos que já antes, sob o domínio visigótico, eram tradicionalmente venerados.

«Não há, assim, uma solução de continuidade; a tradição religiosa não foi interrompida. Com efeito — continua — os núcleos deste povoamento difuso e instável foram, antes da ocupação pela autoridade real, as igrejas, mesmo em ruínas, sobretudo talvez os cemitérios que as rodeavam».

«A ocupação real, que vem depois, reconstitui os quadros administrativos e militares; são criados ou restaurados

(33) *Ibid.*, pág. 172.

pelo poder central ou por sua ordem centros de governo, o principal dos quais em Portucale; os pontos de apoio são fortificados; os territórios das antigas cidades, isto é, os antigos bispados, são delimitados ou, melhor, procuram restabelecer-se os seus antigos limites, e isto só se pode conseguir porque permanecem aí testemunhas que conservam a sua lembrança» (34).

A argumentação do Historiador é realmente impressionante, e afigura-se tão bem conduzida que não poderá ser facilmente invalidada (3B).

Não obstante, julgamos necessário atender a várias circunstâncias a que talvez não tivesse dado bastante relevo.

Queremos, em primeiro lugar, referir-nos ao conceito de paróquia que, como aliás acentua, é, na sociedade da Reconquista, radicalmente diferente do que era ainda no século VI.

Ora, sendo assim, poderá falar-se em conservação do quadro paroquial?

É certo que, à margem das paróquias canonicamente erectas, havia, antes da invasão árabe, basílicas ou capelas dedicadas a santos, que eram centros de culto que, por sua vez, podiam ter dado origem a novas paróquias. Mas seriam bastante numerosas para constituírem o caso geral?

Pierre David invoca a favor da sua tese o facto de o culto dos oragos da maior parte das igrejas da Reconquista datar certamente de uma época anterior (36). Mas bastará essa circunstância para atribuir igual antiguidade aos

(M) Págs. 176-177.

ⁱ(35) Já o disseram Mons. Miguel de Oliveira in *As paróquias rurais portuguesas*, págs. 76 a 79; e o P.º Iavelino de Jesus da Costa, in *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, vol. I, págs. 141 a 143.

(36) **No estudo que se segue: *Le sanctoral hispanique et les patrons d'églises entre le Minho et le Mondego du IX^e au XV^e siècle*, págs. 185-256.**

respectivos templos? Não poderá o referido culto constituir mera sobrevivência do que os primeiros presores da Reconquista — que a partir de 868 se ioram fixando no norte de Portugal — praticavam no seu país de origem?

Admitindo que esses presores eram originários da Beira, onde se mantinham vivas tantas tradições anteriores à invasão muçulmana, afigura-se-nos perfeitamente verosímil que tivessem levado consigo o culto dos santos já venerados nas suas velhas igrejas paroquiais, dedicando-lhes os templos de novo fundados nos territórios que iam ocupando.

Mas não basta, evidentemente, esta averiguação para definir um movimento cuja complexidade desafia qualquer fórmula. Há que ter também em vista a orientação da curva ou, talvez melhor, das curvas traçadas pela sucessão dos factos, pois, mesmo em relação a acontecimentos semelhantes e paralelos, não podemos deixar de considerar a História como a ciência da variação (37).

Lembro-me de ter uma vez posto este problema a Pierre David, quando ele me apresentava os resultados das suas investigações agiotopónicas em relação às igrejas situadas entre o Minho e o Mondego nos séculos IX a XI. Ter-se-iam verificado sempre as mesmas circunstâncias em todos os lugares desse território? Será lícito concluir do mesmo modo para toda a região, com base em dados referentes apenas a uma sua parcela relativamente pequena?

A resposta apresenta certamente dificuldades. Mas, sejam quais forem as reservas que tenhamos de pôr às suas conclusões, nem por isso elas deixam de ser lumi-

(37) Vide o nosso artigo sobre Marc Bloch -nesta mesma Revista, Tomo III, ipág. -651.

nosas. De iacto, entre todas as que até agora se tem chegado, são as propostas pelo Prof. Pierre David as que revelam uma mais perieita compreensão do estado social da região nessas longínquas centúrias.

É que, a um raciocínio invulgarmente penetrante, o Prof. Pierre David aliava um profundo conhecimento da história das instituições eclesiásticas; e esse conhecimento, permitindo-lhe observar a evolução dos sucessos por um prisma que os nossos historiadores não tinham tido ainda devidamente em conta, deu à sua tese, apesar de todas as restrições que lhe possam ser feitas, uma robustez impressionante.

A atenção do Historiador dirige-se depois para um grupo de ementas cronológicas que designa, com propriedade, Annales Portugalenses Veteres. Trata-se de um estudo cuja originalidade corre parelhas com a inteligência com que aborda os problemas que desafiam a sua compreensão.

Elaboradas entre 987 e 1079, essas notícias, que constituem a base da actividade historiográfica do mosteiro de Santa Cruz (que é, por sua vez, a base da historiografia medieval portuguesa), deviam ter sido redigidas em algum mosteiro entre o Minho e o Mondego, talvez no de Guimarães, que era então uma espécie de capital espiritual da região que interessa ao analista (38).

Realmente, é sempre esse país — que se estenderia depois até ao Tejo — que está em causa; e a verificação deste facto não é o menor mérito da penetrante análise que o insigne medievalista faz deste grupo de anais. É que

(38) Vide págs. 334-335.

considerando que essas ambições teriam apenas em vista robustecer a posição da Terra 'Portugalense.

foi essa verificação que lhe permitiu concluir estar já então o referido país perfeitamente individualizado.

De facto — observa Pierre David — «se as terras que hão-de constituir Portugal não formam ainda um reino à parte; se o Conde D. Henrique e a Rainha D. Teresa estendem as suas ambições muito para além destas fronteiras indecisas (39), pode, no entanto, dizer-se que os seus habitantes sentem que essa região constitui para eles como que uma pátria em que, a partir de 987, se concentra o interesse do analista». E exemplifica: «Das conquistas de Almansor, só são mencionadas as de Coimbra, de Montemor, de Aguiar; das incursões dos Normandos só é relatada a que lhes permitiu chegar até Vermuim. Se a morte de D. Afonso V tem aí lugar, é porque se verificou diante de Viseu; um recontro de Bermudo III com um chefe mouro chamado Simiya é referido, não pela sua importância militar, mas porque se deu ao sul do Douro, na Terra de Santa Maria. Os barões rebeldes contra o rei Garcia são chamados simplesmente os Portugueses; os condes, cujas expedições e morte se registam, exercem autoridade ao sul do Minho, e pertencem às grandes famílias desta região: Mendo Nunes, Gonçalo Trastamires, Mendo Gonçalves, Alvito Nunes, conde em Braga, e o grande conde Nuno Alvites, seu filho. Mendo Gonçalves, filho de Gonçalo Trastamires, morto em 1065, é designado como homem ilustre e poderoso em todo Portugal. O avanço de Fernando Magno, do Douro ao Mondego, e as conquistas de Lamego, Viseu e Coimbra são postos em relevo. Cória, a primeira cidade cuja tomada por D. Afonso VI os Anais relatam, devia apresentar-se aos portugueses desse tempo como a chave do vale do Tejo, e por isso entrava no âmbito

<39) Em estudo que preparamos, pomos alguma reserva a esta ideia.

dos seus interesses. Do mesmo modo, o continuador que prolongou os Anais até 1111 não podia omitir a tomada de Toledo e a batalha de Zalaca. As outras notícias dizem respeito à marcha triunfal que, em oito dias, deu a Afonso VI Santarém, Lisboa e Sintra, e à perda de Santarém, retomada por Sir ibn Abi Bekr. Sente-se que, para o analista, Santarém e Lisboa são ainda, ou antes são já Portugal.

«Verificase, portanto, a partir do século XI, a existência de um sentimento, de um interesse que não podemos deixar de considerar português, sentimento e interesse que não são mais evidentes na continuação de 1111 a 1168 do que nas duas recensões e 1079 e 1111».

Ora, «desde o meado do século X, as terras de que o Porto (Portucale) se tinha tornado em 868 o centro organizador começaram a tomar o nome de Provincia Portugalensis, passando o nome de Portugale a designar, no século XI, principalmente a região de entre Lima e Douro, que se estende mesmo, por vezes, do Douro ao Mondego».

Assim, conclui Pierre David, «as observações que acabam de ler-se sobre o estado de espírito que os Annales Portugalenses veteres pressupõem, fornecerão, sem dúvida, mais alguns argumentos que nos levam a admitir uma espécie de sentimento nacional a desenvolver-se paralelamente a esta formação territorial» (40) — «sentimento que traduz uma consciência de grupo entre os clérigos e os barões da Terra Portugalense, a preludiar o nascimento de uma nacionalidade» (41).

De facto, «para encontrar a primeira e obscura expres-

<<> Págs. 331-332.

(41) (Pág. XI do *Avant-propos*).

são desta consciência de grupo, não devemos pedi-la nem à Chancelaria de Leão, nem aos grandes barões e grandes prelados do Reino, nem, evidentemente, à íntima população local que, muito embora participe dos seus sentimentos, não tem nenhuma maneira perdurável de os exprimir. É preciso pedi-la aos senhores e sobretudo ao mundo monástico e eclesiástico do próprio território onde esta consciência se elabora e chega a iormular-se». E conclui observando: «É nisto que, se não me engano, reside o interesse capital dos Annales Portugalenises veteres» (42).

Só uma perfeita compreensão do sentimento nacional português, uma íntima comunhão com ele, poderia permitir apreendê-lo tão bem. Por isso, este estudo representa, certamente, na moderna historiografia portuguesa, um verdadeiro padrão que, depois dos trabalhos de Alberto Sampaio, de Paulo Merêa e de Damião Peres, marca, de facto, uma nova fase no estudo das origens da nossa nacionalidade.

Realmente, quem ousará agora abordar este tão controvertido e tão complexo problema sem ter em conta as reflexões de Pierre David?

Vale a pena recordar o seu conceito de nacionalidade, que soube exprimir lapidaramente: «Uma nacionalidade — observa o egrégio Historiador — é, antes de tudo, um facto humano e social; nem uma contestável hereditariedade racial, nem uma fatalidade geográfica, nem a decisão ocasional de tal ou qual chefe bastam para lhe dar uma explicação satisfatória. Estes elementos devem entrar em linha de conta, mas seriam ineficazes sem a constituição de um grupo humano que, pouco a pouco, toma consciência de si mesmo, definindo-se por oposição a grupos vizinhos, e

C⁴²) *Ibid.*, pág. XII.

que, um dia, se acha capaz de aproveitar as circunstâncias históricas para se corporizar» (43).

De facto, foi sobre estas premissas que se constituiu Portugal como nação *sui jûris*. O Professor francês, que com tão alvoroçado interesse se abalançou ao estudo da sua história já no último quartel da sua vida, compreendeu perfeitamente, em todos os seus cambiantes, esse longo processo, e por isso foi capaz de interpretar o seu sentido tão profundamente humano.

Ora, para realizar uma obra assim, não basta uma grande erudição; não bastam mesmo os recursos de uma inteligência subtil e criadora, como tão justamente já foi classificada a sua; é necessário ainda ser capaz de sentir — como havia de dizer um dia — a «delicada humanidade que é a marca autêntica da hospitalidade portuguesa». E graças a Deus que a pôde sentir na Universidade de Coimbra, onde «o culto da civilização nacional, nas suas origens e na sua expansão — são palavras suas — não se erija de nenhum exclusivismo, de nenhuma desconfiança; onde o sentido da colaboração mantém abertas todas as perspectivas» (44).

Por isso, os trabalhos luminosos que o Prof. Pierre David dedicou à História de Portugal constituem para nós uma lição admirável, não só de espírito científico, mas também de larga humanidade que, longe de o contrariar, o torna ainda mais compreensivo e arguto.

Com este mesmo espírito, o Historiador francês aborda, em seguida, o problema candente das relações entre Gregório VII, Cluny e D. Afonso VI, em magistral estudo que

(«) *Ibid.*, pág. XI.

(<«) *Ibid.*, pág. XIV.

não podemos deixar de referir. É que, embora verse um problema relativo à história da Monarquia Leonesa-Caste-Ihana, tem para o nosso País, que então se integrava nela, um interesse tanto maior quanto é certo que a substituição do rito hispânico pelo galo-romano, que então se verificou, se liga intimamente com a constituição do Estado Português (4B).

O problema das relações da Hispânia com a Santa Sé tinha-se posto já com muita acuidade sob o pontificado de Alexandre II (1061-1073), provavelmente por inspiração do monge Hildebrando, seu conselheiro, que, com o nome de Gregorio VII, lhe sucedeu.

É que a invasão muçulmana e as lutas de reconquista tinham colocado a nossa Península, absorvida por instantes problemas de defesa, à margem do movimento de unificação espiritual da Cristandade por que a Santa Sé ardorosamente se batia.

Hildebrando sentia, por isso, a necessidade imperiosa de a reintegrar nessa unidade, promovendo a reforma dos costumes do clero regular e secular, tanto mais que considerava o chamado rito toletano corrompido e herético. E daí, certamente, o propósito de fazer valer pretensos direitos de propriedade sobre o território hispânico — que acreditava ter sido expressamente doado à Igreja de Roma pelo Imperador Constantino (46) — procurando não só obter a homenagem dos monarcas cristãos, mas até promover, independentemente deles, acções de reconquista⁷).

(45) Este es-tudo faz também parte dos seus *Études historiques sur la Galice et le Portugal*, onde foi publicado a págs. 341-439.

i(46) *Ibid.*, págs. 378 e 381.

i(47) Pierre David abona-se numa carta de Oregório VII, escrita no primeiro ano do seu pontificado, isto é, em 1073, que trata do projecto de uma expedição a Espanha, chefiada pelos conde de Roucy e pelo legado Hugo o Branco, que devia reunir pessoas capazes de corrigir os erros espirituais dos

A longa série de sucessos, de que resultaria a solução satisfatória do conflito, é analisada por Pierre David neste estudo com admirável argúcia, valorizando aspectos e pormenores decisivos, em que nenhum historiador atentara ainda.

A posição aparentemente contraditória de Cluny, que, apesar de apoiar os propósitos reformistas da Santa Sé, repelia a sua política de domínio temporal na Península Ibérica, é posta magistralmente em relevo. O Papa — observa o Historiador — «bem sabia que sem Cluny e com mais força de razão contra Cluny, nada era possível em Espanha, especialmente em Navarra e nos Estados de Afonso VI; mas as suas cartas a S. Hugo de Cluny deixam muitas vezes transparecer um embaraço, uma irritação mal contida quando adivinha uma secreta reserva, um silêncio respeitoso mas não de aprovação, sobretudo quando julga ver um cluniacense em oposição às suas decisões» (48).

Não obstante, Pierre David não procura explicar este estado de espírito, nem mesmo a razão que levaria o rei de Leão e Castela a favorecer os desígnios de Gregorio VII quanto à liturgia, muito embora não renunciasse a uma total independência em relação aos seus direitos políticos, como soberano de uma monarquia que, considerándose legítima sucessora do Estado Visigodo, julgava ter autoridade soberana sobre todo o seu território.

Não podia, por isso, deixar de considerar abusiva a

povos hispânicos e fazer respeitar o direito de S. Pedro» (pág. 375). De facto, a terra conquistada deveria reverter a favor do chefe d'a expedição que se colocava sob a suzerania do Apostolo, pagando-lhe censo sem ter em conta os reis e os principes de Espanha, aos quais Gregário VII «não reconhece nenhum direito sobre as terras retomadas aos Árabes, considerando-se autorizado a dar investidura a conquistadores vindos de fora» (pág. 338).

(48) > Fâgs. 348-349.

intromissão do Papa; e daí o conilto que o abade D. Hugo procuraria certamente sanar, levando-o a promover a adopção do rito romano a troco da renúncia, pela Santa Sé, dos seus pretensos direitos dominais sobre o territorio hispánico.

É evidente que, não se estendendo a autoridade efectiva do monarca leonés nem sequer a toda a Hispânia cristã, não podia deixar de lhe convir uma transacção como esta, que punha termo à política até então seguida pela Santa Sé. É que, assim, o Papa não mais tornaria a promover qualquer expedição militar em Espanha, como a que intentara levar a efeito no primeiro ano do seu pontificado (4B), nem sequer podia continuar a apoiar a segregação de novos Estados hispánicos, como fizera relativamente a Aragão, cujo soberano se colocara sob o seu patrocínio.

Não é, por isso, de admirar que, Afonso VI tivesse tomado, muito verosimilmente em 1076, perante o abade D. Hugo, o compromisso de promover a reforma, desde que o Papa desistisse das suas pretensões territoriais (50).

De facto, se em carta escrita a 28 de Junho de 1077 Gregorio VII afirma ainda «que a Espanha pertence a S. Pedro em virtude de antigas constituições» (51), já a 7 de Junho do ano seguinte atribui a D. Afonso VI, que desde o princípio de 1077 se intitulava imperator totius Hispaniae, a designação equivalente de rex Hispaniae (52).

(49) Vide a nota 47.

(50) É, d'e íacto, «segundo toda a verosimilhança, nesse mesmo ano de 1076, que — observa 'Pierre David — o rei manifesta públicamente a resolução de impor o rito romano nos seus Estados» (pág. 399). «Com efeito — continua—é desde os primeiros meses de 1077 que se verificam fortes manifestações do sentimento nacional a favor do rito ancestral» (págs. 399-400).

(51) Pág. 381.

(52) ¡Pág. 355. Vide a este respeito, Menéndiez-P' dal: *El Imperio Hispánico y los cinco Reinos*, pág. 99 e segs.. Este historiador refere um documento

Tinha-se, pois, chegado a um completo acordo. E só assim se compreende que a adopção do novo rito passasse a ser veementemente defendida pelo rei leonés, e que Gregório VII se irritasse tão profundamente quando, na crise de 1080, analisada pelo nosso Historiador com tão apurado espírito crítico, julgou ver uma conspiração contra a reforma litúrgica que o monarca se comprometera a promover.

Encerra este estudo, tão rico de dados e de sugestões, um interessantíssimo capítulo sobre o concílio de Leão de 1090, em que Pierre David mostra não haver nenhuma prova de ter sido abolida aí a escrita nacional hispânica, isto é, a chamada letra visigótica (53).

O volume a que nos vimos referindo contém ainda dois estudos que, apesar da sua importância, nos limitamos a

de 1072, em que D. Afonso VI se intitula *rex Hispani e*. A verdade, porém, é que, na *intitulatio* desse diploma, Afonso VI figura apenas como rei de *Leão* (*Rex Adefonsus Legionensis magnifico Rege Fredenando et Saneia regina progenitas*), e só adiante, no contexto, aparece a fórmula: *Hoc confirmo et constituo Ego Adefonsus presentí tempore princeps et rex Hispanie*. *¶*Desite diploma, que Fliórez transcreve do *Tumbo Legionense*, parece existir alinda o original no Arquivo da Catedral de Leão (perg. n.º 13); mas não pude examiná-lo. Não me parece, porém, que, mesmo que a expressão *rex Hispanie* figure aí, constitua prova bastante da adopção, pelo menos oom carácter definitivo, deste título ipelo monarca leonés, tanto mais que é a única vez que aparece assim designado antes de 1076. De facto é neste ano que começam a aparecer referências ao direito do rei de Leão e Castela à soberania de toda a Hispania. Assim, um diploma de 1076, que refere «*regnum totius Ispanie obtinente principe Adofonso*» (*ibid.* pág. 99, nota). *¶*Para Menéndez-Pidal, o que está em causa é «a adição do genitivo *totius Hispaniae* aos antigos titulos, tanto ao de *rex* como ao de *imperator*». E explica-a como neacção contra as pretensões da *¶*Santa Sé, dizendo aer então «mais premente do que nunca afirmar a independência e a unidade total do reino hispânico, *totius Hispaniae*» (*ibid.*, pág. 102). O Prof. Menéndez-Pidal chega mesmo a admitir que «o acordo oom a Cúria romana, se não existiu desde o começo, conseguiu-se poucos anos depois» (*vide* págs. 104 e 105).

»(53) (Págs. 438-439).

mencionar: um, sobre Maurício Burdino, que veio a ser o anti-papa Gregório VIII, e o outro, sobre os livros litúrgicos romano-íranco da diocese de Braga no século XII, em que analisa o célebre missal de Mateus, precioso cimélio do fim do século X, bem como as origens e características do rito bracarense.

Embora sem a pretensão de darmos uma relação completa dos trabalhos publicados pelo grande medievalista, queremos ainda referir os seguintes: *Français du Midi dans les Évêchés Portugais (1279-1390)*, em que desfaz a lenda do preceptorado que o bispo francês Emeric Ebrard teria exercido sobre o nosso rei D. Diniz ⁽⁵⁴⁾ ; *Sur la relation de la prise de Lisbonne (1147) rédigée par un clerc anglo-normand*, em que invalida a hipótese de ser da autoria de Osberno, e acentua a sua incontestável autenticidade, pois, «mesmo que o manuscrito do séc. XII não subsistisse, as características da língua, latim literário típico do séc. XII, não permitiria ver nele um apócrifo da Renascença ou dos séculos posteriores» ⁽⁵⁶⁾ ; *Le pacte*

⁽⁶⁴⁾ Págs. 21-23 «da separata do *Bulletin des Études Portugaises* do ano de 1943, onde este estudo foi publicado.

⁽⁵⁵⁾ Publicado em 1947 no *Bulletin des Études Portugaises*, tomo XI, págs. 241-254.

Têm particular interesse as observações sobre algumas palavras. 'Assim as que P. D. faz êcerca da expressão *Medica in irigore*, indicativa da vasta floresta que limita a Terra da Feira pelo sul, então designada *Megion frio*. O autor da carta teria traduzido *Megion* ou *Meijon* por *Medica*, o que se explica pelo facto de a palavra *medicu* i(a que teria dado a forma feminina para estabelecer concordância com *silva*, que a precede, ou por ter em vista a forma *meijan*) se ter tomado em francês arcaico *miege* ou *mege*, tanto assim que, à margem, o autor parece ter escrito *cid est mei(jon)'*».

«Esta nota marginal — observa P. David — é um argumento a favor da hipótese que reconhece no manuscrito um autógrafo do próprio autor, completado e corrigido por ele mesmo. Não seria, com efeito, — acrescenta — um copista inglês ou mesmo anгло-normando que teria podido juntar esta nota,

successoral entre Raymond de Galice et Henri de Portugal, em que determina a sua data e as razões que o justificam ⁽⁵⁶⁾ ; O Breviário de D. João Soares, de 1555, que em virtude da reforma de Pio V (1568), iez perder à diocese de Coimbra o direito de manter o Ofício tradicional ⁽⁵⁷⁾ ; L'Auto de la Canannéne de Gil Vicente et sa place dans l'année liturgique ⁽⁵⁸⁾ ; Un Traité Priseillianiste du Comput Pascal, que considera «um dos raros testemunhos que nos permitem conhecer alguma coisa da doutrina priscilianista tal qual devia ser observada no fim do século VI» ⁽⁵⁹⁾ ; Notes Compostelanes em que estuda a carta de Pseudo-Leão sobre a transladação de Santiago e os cânticos de caminho dos peregrinos, no Codex Compostellanus ⁽⁶⁰⁾ ; La première campagne d'Abou Yousof Al Mansour contre Silves (1190), em que, com base num pequeno poema adicionado ao Liber Sancti Jacobi, mostra a rapidez com que se iormou a lenda da morte de Abou Yousof, pois, tendo sido a campanha que lhe deu origem levada a efeito em 1190, a lenda devia estar já formada na 2.^a metade desse mesmo ano, visto que no ano seguinte o chefe almóada tinha podido retomar vitoriosamente a ofensiva ⁽⁶¹⁾ ; o artigo sobre Coimbra publicado no Dictionnaire d'Histoire et de Géographie Ecclesiasti-

mas, evidentemente, quem tivesse ouvido e registado a forma portuguesa», que era por certo de língua francesa, pois, se falasse um dialecto anglo-saxao, não teria tido, cortamente, a ideia de encontrar a forma francesa mege em Meijão frio.

ⁱ(56) (Publicado no *Bulletin Hispanique*, Tomo jL, págs. 275-290.

^k(57) In vol. XI da revista *Liturgia*, do Mosteiro de Singe verga, em 1949.

^l(58) In *Bulletin des Études Portugaises*, 1949.

^m(59) iCoimbra, 1951. Nele é retomado o tema do artigo *Saint Martin de Braga est-il Vauteur d'un Traité de IComput Pascal ?* publicado no ano anterior (1950), no *Bulletin d' Études Portugaises*.

ⁿ(60) In *Bulletin d'Études Portugaises*, 1952.

^f(61) In *Bulletin* oit., Coimbra, 1953.

que⁽⁶²⁾ ; e os Études sur le Livre de Saint-Jacques attribué au Pape Calixte II ⁽⁶³⁾, *livro esse que tão bem exprime «os diversos aspectos deste imenso movimento que alvoroçou a Europa cristã, encaminhando para o tûmulo de Santiago tantos peregrinos, clérigos e soldados, e cuja importância é não apenas literária, mas igualmente socio-lógica, histórica e religiosa»* ⁽⁶⁴⁾. Finalmente, não queremos deixar de lazer ainda uma referência especial à edição crítica do célebre Livro das Kalendas ⁽⁸⁵⁾ ; é que,

(62) v<ol. XIII, cols. 204-212. Nele versa os seguintes temas; I — *Ville: 1.º) Conimbriga et Aeminium; 2.º) Cathédrale et églises: 3.º) Établissements religieux.* II — *Le Diocese; III — L'Université.*

(63) Publicados em 1946, 1948 e 1949 no *Bulletin de Études Portugaises* clt., ◊m quatro capítulos assim intitulados: I — *Le manuscrit de Compostelle et le manuscrit d'Alcobaça; II — Les livres liturgiques et le livre des miracles; III — Le Pseudo Tur pin et le Guide du Peler in; IV — Révision et conclusion.*

(64) N'◊ *Buletin*, tomo XIII, 1949, pág. 104.

(65) Publicado em dois tomos. Cioimbra, 1947 e 1948. A sua importância é assinalada por Pierre David nos seguintes termos:

«Le *Livro das Calendas* de la cathédrale de iGoimbra est un document dont rimportance est considerable à divers points de vue.

«Il paraît avoir été composé dans la forme qu'il revêt lactuellement vers 1300; mais cette date tardive nie diminue pais l'intérêt qu'il présent.

«Il paraît certain en effet qu'il utilise et reproduit plus ou moins largement un obituaire antérieur remontant au XII^e siècle, les plus anciens obits étant ceux de l'evêque Cresconius 'et du roi Alphonse VI.

«Le *Livro das Calendas* dépasse en intérêt les obituaires ordinaires, car il reproduit ou au moins résume largement un grand nombre de documents, testaments, donations, etc., du XIII^e et XIV^e siècles.

«1) Au point de vue de l'histoire nationale, ce livre donne les dates de la mort des souverains, princes, grands personnages ecclésiastiques et civils, depuis le comte 'Henri jusqu'au roi D. Denys, sans parler d'autres renseignements utiles.

«2) Au point de vue de l'histoire de la civilisation, les extraits des testaments, ou la mention des donations faites à la cathédrale, fournissent des données très intéressantes sur les livres en circulation du XII^e au XIV^e siècle, et sur de nombreux objets d'art.

«3) Au point de vue de rhistoire ecclésiastfque, outre les renseignements qu'il donne sur l'épiscopat, les ordres religieux, la gestion des biens d ^Eglise, ce livre constitue encore un coutumier liturgique de la cathédrale de Coimbra.

«La publication de ce recueil, fait avec les méthodes critiques et diploma-

além do seu valor intrínseco, não podemos abstrair da circunstância de lhe termos dado a nossa colaboração, pois nos deu azo de aquilatar melhor a profundidade dos conhecimentos litúrgicos, hagiológicos e linguísticos de Pierre David, e a sua larga cultura humanística, que lhe permitia valorizar pormenores, entrando em linha de conta com certos aspectos que sem ela passariam certamente despercebidos (86).

tiques, et avec une annotation aussi complète que possible aux divers points de vue exposés ci dessus, serait donc un grand service à rendre à 'la science portugaise.

Infelizmente, porém, não foi ainda possível levar a efeito a publicação do tomo ni, que devia conter, além dos documentos que, iem diferentes épocas, foram acrescentados ao manuscrito, mas que não fazem pròpriamente parte do obituario, o estudo do Livro sob os aspectos litúrgico, paleográfico-diplomático, histórico e coro-topográfico; e, finalmente, os índices cronológico, an troponomástico, toponomástico e ideográfico. Contamos, no entanto, com a devotada colaboração do P.º Jesus da Costa para levá-lo a bom termo, tanto mais que Pierre iDavid deixou para ele preciosas notas.

;(66) Po, exemplo: A ementa relativa à morte do P.º Estêvão Martins, beneficiado da Sé, refere-se a casas que tinham pertencido a D. Ousenda, dita *Arcipiada*, palavra esta que transcrevemos incorrectamente transformando-a em *Arripiada*. Com o nome *Arcipiado* relacionar-se-ia o de *Alcibiade*, a que se refere Boécio em *Do consolatione Philosophiae*, exteriormente belo, mas cujas entranhas nem por isso seriam menos repugnantes. Ora, comenta o P.º David, «este tema da oposição entre a aparência externa e a fealdade interna das realidades viscerais tomou-se um lugar comum que os moralistas e os sermuniários da ildade-Média aplicam regularmente à beleza da mulher».

E assim «o nome de Alcibiade, enfeitado com uma terminação feminina, foi considerado como o de uma dama de outros tempos, notável «pela sua beleza». De facto, «desde o 'princípio do séc. XI que um comentador alemão de Boéoio declara que esta Alcibiade foi uma mulher muito bela».

Ora a substituição, na primeira sílaba, do *l* por um *r*, mostra tratar-se já então de uma forma popular, apesar de o uso de um tal sobrenome não se compreender senão num ambiente onde eram familiares se não a História (Grega, pelo menos Boiécio através dos seus comentadores e os escritos ou sermões dos moralistas. «E este traço — comenta o Historiador — pode contribuir para caracterizar o ambiente intelectual de Coimbra antes do fim do séc. XXII». (Vide o seu artigo intitulado *Arcipiada*, no *Bulletin des Études Portugaises*, cit., Coimbra, 1949).

*

Tal foi, a traços largos, a actividade do Prof. Pierre David durante os últimos catorze anos de uma vida exemplar de dedicação ao trabalho e de devoção ao nosso País, que soube servir com abnegado desinteresse.

Homem singularmente dotado, não sei que mais apreciar nele, se a extraordinária capacidade de trabalho, se o espírito crítico por vezes fulgurante, se o total desapego de quaisquer interesses de ordem material — desapego esse que culminava em verdadeiro espírito de oblação (67).

De facto, o seu desinteresse era tão grande que, apesar da sinceridade que ressumava, chegava a provocar perplexidade aos que, não o tendo conhecido na intimidade, não podiam por isso apreciar devidamente a delicadeza dos seus sentimentos.

Personalidade forte, que não se vergava senão a razões que verdadeiramente o convencessem, sabia defender os seus pontos de vista e até a sua fé com uma lógica e uma convicção inabaláveis.

Pudemos, por isso, dizer um dia, com perfeita objectividade, que poucas vezes um estrangeiro se terá sabido impor entre nós de uma maneira tão completa, apesar de

(67) Tesitemunha-o o facto «de nunca procurar obter qualquer remuneração do Governo Português, dispondo-se siempre, no entanto, ao desempenho de todas as actividades que lhe eram solicitadas. E o seu desinteresse foi ao ponto de manifestar o desejo de oferecer a sua valiosa biblioteca a este Instituto de Estudos Históricas, desejo esse que só não efectuou porque, não tendo direito a ser aposentado, receava vir a ter neocessidade de lançar mão dos livros para viver. Apesar disso, porém, logo após a sua morte, a família, com uma generosidade que muito nos sensibilizou, deixou-nos à vontade para resolvermos o assunto como entendessemos. E, assim, propusemos a aquisição dos livros por baixo preço, procurando, desse modo, honrar, tanto quanto possível a intenção do P.^e David, sem prejudicar consideravelmente a família, que não é abastada.

— avesso como era a atitudes espectaculares — se procurar sempre apagar.

Cultivava a sabedoria como uma virtude, na medida em que a virtude era para ele, verdadeiro sábio, a maior, a mais bela sabedoria.

Dai a grandeza da sua alma sacerdotal, que, trabalhada por uma vontade inquebrantável à luz da mais viva chama evangélica, o modelava não só espiritualmente, mas até fisicamente.

De facto, a bonomia da sua expressão, a claridade do seu olhar, onde se não divisava uma sombra, espelhavam, realçando-a, uma força interior que não podia deixar de impressionar quem quer que fosse capaz de sentir a nobreza do que é verdadeiramente nobre.

Raramente se encontrará um espirito de caridade tão vivo e tão largo — tão cristão!

É que o Padre David não era apenas o homem de bom conselho; era também o amigo que ampara, que guia as almas atormentadas pelo sofrimento ou pela dúvida.

Sou testemunho vivo das suas benemerências. Senti-as, e pude, assim, aquilatar a delicadeza impressionante do seu espirito de escol.

Entendi, por isso, não me dever limitar a render homenagem ao Historiador, que não pode fazer esquecer o Homem, que era assim.

De resto, não ajudará o conhecimento do Homem a melhor compreender o Historiador?

Notas redigidas por Pierre David

ï

Sur les auteurs des premières chroniques de la «Reconquista»

Ambrosio de Morales, dans sa *Coronica*, l. XIII, chap. XL et livre XIII c'h-ap. XXXV, -expose que quatre évêques ont écrit l'histoire entre Pelage et Alphonse III: celui de Salamanque, Sebastien; celui de Deja, Isidore; celui d'Astorga, Siampiro; celui d'Oviedo, Pellage.

(Morales a trouvé ces quatre chroniques -dans ce qu'il appelle le *Libro viejo d'Oviedo*, qui est la collection pelagienne dite *Liber chronicorum*.

Selon Morales, Sebastien -de Salamanque va de Pelage à Alphonse II (*sic*) et *Isidorus Pacensis* a écrit une continuation de la Chronique d'Isidore de Séville jusqu'à l'invasion arabe.

D'autre part, le même Morales attribue à *Isidoro el de Beja* une chronique va de Pelage à Ordonho I. Ce serait le texte primitif (*Rotense*) de l'Alphonsine. En effet Morales cite souvent l'Alphonsine sous le nom -d'Isidore de Deja.

Voir sur tout cela: G. Cirot, De auctoribus ab Ambrosio de Morales adhibitis ad scribendam historiam, praesertim de Sebastiano, Sampiro, Isidoro «el de Beja», dans «Homenaje a Donilla y San Martin», T. II, Madrid 1930, p. 135-155.

Dom-c Morales distingue *Isidorus Pacensis*, auteur de la chronique (isidorienne continuée, et Isidore «el de Deja», auquel il attribue le texte complet -de l'Alphonsine.

La préface du *Liber chronicorum* de Pelage d'Oviedo (manuscrit de la Difol. Nat. de Madrid, n.º 1513, autrefois F. 134) attribue à *Isidorus Junior Pacensis episcopus* la chronique brève d'Isidore de Séville *ab origine mundi* à 626, continuée jusqu'à l'invasion arabe.

Il n'est pas impossible que Pelage ait -en effet pensé à Isidore de Seville lui-même.

Celui-ci est parfois appelé *Isidorus junior*, par exemple, dans la tire -de la lettre à Draulio de Saragosse, qui est au début des *Etymologiae*.

Joannes Vasaeus (1510-1561), *Hispaniæ chronicon*, 'dans A. Schott, *Hispania illustrata*, it. I, Francfort, 1603, p. 578:

a) *Isidrus Pacensis* a écrit une -chronique d'Espagne; celle que Vasaeus a vue sous son nom est écrite dans une 'langue monstrueuse, presque inintelligible. Vasaeus 'designera toujours cette oeuvre sous le nom de *Isidorus Pacensis*. En fait dans son ouvrage, c'est bien la chronique de 754 qu'il cite sous ce nom¹.

b) Vasaeus a aussi vu, sous le nom d' *Isidorus junior* la- chronique de l'origine du monde à l'an 626; il a reconnu que c'est la chronique brève d'Isidore de Séville. Il distingue donc *Isidorus junior d'Isidorus Pacensis*.

c) Enfin Vasaeus a vu dans le même manuscrit, sous le nom d'*Isidorus Hispalensis*, une chronique qui ne peut être de lui, car elle est une chronique africaine des Vandales, s'achevant avec le règne de Trasaimund.

A la suite de Vasaeus, Mariana, etc., ont continué à attribuer à *Isidorus Pacensis* la* chronique de 754.

il

Le «Liber Ordinum» en usage dans l'Eglise wisigothique et mozarabe d'Espagne du cinquième au onzième siècle

Publié pour la première fois avec une introduction, des notes, une étude sur leurs calendriers mozarabes, etc., par D. Madus Férotin, bénédictin de Farnborough (Paris, Librairie de Firmin-Didot et C^{ie}, imprimeurs de l'Institut, 1904. *Monumenta Ecclesiae Liturgica*, volumen quintum), sur la base de deux manuscrits principaux :

1) Le manuscrit de Silos, écrit par le prêtre Barthélemy, par ordre de Dominique, abbé du monastère de Saint-Prudence de Laturce, avec les subsides de Samtius Garsez d'Aibeldia et de sa femme Bizinnina. Achevé le 18 mai de l'era. 1090 (an. Inc. 1052).

Ce manuscrit utilise un rituel de l'église prétorienne (*basilica praetoriensis*) de Tolède, qui peut remonter au VII^e siècle et d'autres éléments anciens. Mais contre la théorie de Berganza, acceptée en partie par D. Férotin, il a reçu des développements jusqu'au XI^e siècle; il est souvent impossible de dater les divers

éléments. XI présente, en somme, l'état de la liturgie hispanique au XI^e siècle.

Il) Le manuscrit de Madrid, de la même époque, provenant de San Millán de la Cogolla.

Des pièces du manuscrit de Siilos ne se retrouvent pas dans celui de Madrid, et réciproquement. Chaque livre liturgique est normalement un recueil particulier.

O. Érotin a utilisé pour son édition deux autres manuscrits moins complets et moins importants, mais peut être un peu plus anciens et pouvant remonter à la première moitié du XI^e siècle.

m

Sur un faux diplôme de Bermude 11

La première difficulté qui rend suspect le diplôme de Bermude II est sa date; qu'on la lise 1013 ou 1040, elle ne peut entrer dans les limites du règne de Bermude; elle n'est pas conciliable non plus avec la date de la prise de Simancas, 981 ou 982 (1019 ou 1020), au cours de la première campagne d'Al Mansour contre le royaume de Léon.

On trouve dans ce texte l'identification de Zamora avec Numance: *in civitate Numancia que modo Zamora nuncupatur*. Si l'on admet d'opinion commune d'après laquelle cette identification ne paraît pas avant la fin du XI^e siècle, sinon même le XII^e, on aura là une preuve que le diplôme a été fabriqué ou du moins interpolé un siècle au moins après la date qu'il s'attribue. Mais l'identification de Zamora avec Numance est déjà attestée à la fin du X^e siècle, par le manuscrit de Roda qui contient la recension sans doute originale de la chronique dite d'Alphonse III; dans la liste des villes libérées par Alphonse I^{er} on trouve en effet: *Numantia qui nunc vocatur Zamora* (M. Gómez Moreno, *Las primeras crónicas de la Reconquista* (1932), p. 58); la recension dite de Sébastien a simplement ici le nom de Zamora, ce qui prouve que telle était la leçon du texte primitif. En effet, tout en reconnaissant que le texte du manuscrit de Roda représente la recension originale, on doit admettre que la *Rotertée*, telle que nous l'avons, a subi des remaniements. En tout cas, le manuscrit de Roda

m'étant pas postérieur à fan mille, fidentification Zamora-Ntunance est attestée pour cette époque, 'et fon ne peut rien en tirer contre fauthenticité du diplôme.

IM>ais sans aborder la discussion, -au point de vue diploma-
tique, des anomalies que présente la rédaction, on sera amené
par fexamen purement philologique jà conclure ferment que la
rédaction de cette pièce, telle que la donne Fierez et telle qu'on
la trouve dans le Tombo A de .Santiago, fol. 17 'et 17 v.°, ne
peut se placer avant le XII^e siècle. Le vocabulaire est notable-
ment plus riche que celui des chartes et des chroniques du
X^e siècle; on y trouve des mots de la langue classique, par exem-
ple, *aerumnis*. La syntaxe est remarquablement correcte dans
l'emploi des cas, des temps, des prépositions: on notera entre
autres la tournure: *visum mihi fuit moto pietate*, où le participe
motus, remplaçant une proposition incidente, s'accorde exactement
avec *mihi*. Au lieu de courtes phrases, jliées tout au plus par la
conjonction *et*, nous avons ici de véritables périodes bien enchaî-
nées; ce trait est encore plus visible dans le texte du *Tombo* de
Santiago, car (Morales et Florez ont multiplié inutilement les
points. 'Ce n'est pas la langue de la chronique de Sampiro, ni
même de celle de «Pélage d'Oviedo; elle »est comparable aux meil-
leurs passages de la *Silense* et de la *Composteilana*. Le diplôme
a donc été rédigé alors que la renaissance littéraire de 1100 avait
porté ses fruits.

Il est d'ailleurs possible, sinon même probable, que cette pièce
ait été rédigé sur la base d'une donation faite à Santiago de
terres sises 'à Zamora, après 984, date de l'occupation par Ber-
mude de la région jléonaise après la mort de Ram ire III. Mais
cette 'donation elle-même aura été remaniée dans la rédaction
du XII^e siècle. Ce que nous avons ioi, c'est une légende hagio-
graphique, destinée à donner une histoire à une chapelle où l'on
vénérait un saint local, et en même temps à glorifier ce roi (Ber-
mude dont la mémoire resta si chère aux milieux, à Lorcão
comme à (Santiago.

Au point de vue qui intéresse ici Gama Barros, le texte de
Morales et Florez contient un passage qui parait, combiner l'élec-
tion et le droit héréditaire: *in regno parentum et avorum meo-
rum nutu divino pie electus*. Mais ie texte du *Tombo de San-
tiago*, au lieu de *pie electus*, donne *preelectus*, jleçon qu'il faut pré-

férer; «elle exprime seulement l'opinion des milieux ecclésiastiques de Galice: Bermude lavait jété prédestiné au trône par un décret divin »(*)).

IV

Sur le document DCI de 1081 (*Diplom. et Chartae*, pag. 361)

Egas Moneonis confie à sa soeur Ermesinde le soin de veiller sur ses biens et d'exécuter ses volontés testamentaires.

Un tiers de ses biens (*ganato*) sera remis au monastère d'Alpendorada; les deux autres tiers seront réservés pour ses descendants s'il en a.

Au moment où est fait cet acte, Egas n'a pas d'enfants et semble même n'être pas marié.

S'il a des enfants légitimes ceux-ci recevront les deux tiers des biens.

Ermesinde ne peut aliéner ses biens en aucune façon et doit les réserver aux enfants que son frère pourra avoir.

Si la femme ou l'une des femmes que Egas pourra éventuellement épouser venait à se remarier, Ermesinda veillera à ce que les biens restent réservés à la descendance légitime d'Egas.

Si cette descendance s'éteint, la ou les mères n'auront aucun droit sur ces biens qui ne pourront passer aux enfants de leurs nouvelles unions.

Ermesinda disposera alors de l'ensemble des biens pour l'âme d'Egas et de sa descendance éventuelle.

L'hypothèse de polygamie simultanée est inadmissible.

Egas pense à la possibilité d'épouser *successivement* plusieurs femmes par suite de séparation ou divorce.

Le Code wisigothique (TU, 4, 6, etc.) proclame l'indissolubilité du mariage, mais il admet des causes de divorce permettant un nouveau mariage.

En pratique, malgré les textes canoniques, la discipline était

(!) Esta nota, (redigida em resposta a uma consulta que Ilhe fizemos, foi quase totalmente publicada na reedição da *História da Administração Pública em Portugal*, de iGama Barros, t. MI, págs. 408-409.

très relâchée, aussi bien -dans l'empire franc que dans la Péninsule Ibérique et en (Angleterre.

Les mariages étaient très facilement dissous soit pour raison de parenté ou pour répudiation et même par consentement mutuel. (Voir Esmein: *Le mariage en droit canonique*, t. II, pp. 67 et ®s.)⁽²⁾.

V

Observations sur l'accord de 1137

A) *Sur le fond:*

Ce n'est pas un acte d'hommage et de «vassalité; *fidelis* est ici une simple épithète *dfamicus*.

La convention prévoit que l'empereur donne ou va donner à l'enfant de (Portugal un «honneur», une terre ou un château ou une ville pour récompenser la bonne amitié sincère promise; cet honneur sera rendable à première réquisition. III ne s'agit pas ici du Portugal mais d'un pourboire que le roi se propose de donner.

Alphonse Henriques ne fait donc pas hommage mais s'engage:

- 1) à ne pas assassiner, ni capturer par ruse ou par force *le corps* de l'empereur, et de venir à son secours si un autre le menace;
- 2) à respecter *la terre* de l'empereur, et à l'aider à la reconquérir;
- 3) à venir à son secours s'il l'en requiert, contre tout autre souverain;
- 4) à observer ces conditions même éventuellement en ce qui concernerait un fils rebelle de l'empereur;
- 5) à réparer les infractions que pourraient faire ses propres hommes contre ce pacte et à favoriser tous ceux qui travaillent à la paix entre l'empereur et l'enfant;
- 6) à rendre à réquisition l'honneur que l'empereur lui promet.

Ici le mot *firmare* n'a pas le sens de signer, mais de confirmer.

B) *Sur la langue:*

La barbarie et la confusion de la langue vont contre l'hypothèse d'un faux préparé dans une chancellerie...

⁽²⁾i Esta nota serviu de base à observação XXXIV, que publicámos na reedição da *História da Administração Pública*, de Gama Barros, T. VI, pág. 580.

C) *Sur la forme:*

Ce n'est pas un diplôme, pas un acte en forme; c'est un procès verbal destiné à rappeler le souvenir d'un *pacte oral* passé devant témoins; une notice en somme, ce qui explique l'absence de signatures, si les signatures manquaient en effet dans l'original. (Rapprocher ce pacte d'accord et convention des *serments de Strasbourg de 841*).

En somme, je crois à l'authenticité de cette notice, et aucune des objections de Azevedo (3) ne tient. Elles vaudraient contre un diplôme, mais pas contre une notice de ce genre.

L'hypothèse d'un papier préparé par Jean de Porto (4) en l'absence de Alphonse Henriquez est inacceptable; entre autres raisons, dans ce cas la langue serait plus pure et plus claire.

Il y a donc eu en juillet de 1137 une négociation entre les deux Alphonse; les conditions ont été notées, les noms des témoins principaux également. Mais le problème est de savoir si cet accord a eu une suite (5).

VI

Au sujet du «De Expugnatione Scalabis»

Ce texte n'a pas été écrit à Alooça, mais à Santa Cruz. Preuve en est la phrase où le roi «est censé dire qu'il (n'a confié son secret qu'aux chanoines de Santa Cruz et qu'il compte surtout sur leurs prières-

L'auteur n'est évidemment pas le roi lui-même, mais un des chanoines qui écrit le préambule et ensuite met le récit dans la bouche du roi.

Le manuscrit d'Alooça qui contient ce texte est probablement une copie d'un manuscrit de Sainte-Croix, à moins qu'il ne soit un manuscrit de Sainte-Croix, passé, on ne sait comment, dans la bibliothèque d'Alooça.

Ce manuscrit est de la première moitié du XIII^e siècle; le

(3) Refere-Ge & P. Luís Gonzaga de Azevedo, in *História de Portugal*, vol. IV, págs. 165-169.

(4) É D. João Peculiar, então biapo do Porto.

(5) Aproveitamos esta nota no artigo sobre o *Significado político do Tratado de Tui de 1137*, que publicamos na Revista, T. II, págs. 321-334.

«*De Expugnatione Scäibis*» est écrit par une main de la fin de la XII^e siècle; il est donc impossible d'y voir un faux du X^{VI}^e siècle.

L'opinion qui veut y voir un faux de la Renaissance ne peut s'expliquer que par une grave ignorance de «l'évolution du latin au XIII^e siècle». Ce siècle est marqué par un renouveau «des études littéraires: le latin des clercs de ce siècle se distingue de celui des humanistes par l'abondance des citations et des allusions bibliques et par l'usage d'un certain nombre de mots caractéristiques du *latin chrétien*. Mais il est -correct, souvent élégant, «et en tout cas suppose une connaissance très sérieuse -des écrivains de l'antiquité classique. (Voir G. Paré, A. Brunet et P. Trembley, *La Renaissance du XII^e siècle. Les Écoles et l'enseignement*, Paris et Ottawa, 1933; J. de Ghellinck, *L'essor de la littérature latine au XII^e siècle*, Bruxelles, 1946).

L'argument tiré «des concordances bibliques et du *Glossaire* de Du Cange ne porte pas. Du Calage n'a pas voulu faire un dictionnaire complet «de langue latine telle qu'elle a -été employée au moyen âge; il donne uniquement les mots étrangers au latin classique ou qui ont «pris «dans le latin médiéval un autre sens: l'absence d'un mot -dans ce *Glossaire* ne signifie pas que ce mot est inusité; les trois quarts des termes employés par Saint Bernard, par exemple, ne figurent pas dans le Du Cange.

Pour juger de la «compétence linguistique de l'auteur de ces observations je signale le § 2 *Comis*. Le mot n'est «pas l'adjectif *comis* (qui signifie en réalité *aimable, bienveillant*). C'est l'ablatif pluriel de *coma*: *comis ignitum* signifie «ayant «la- crinière en flammes.

Par «conséquent, aucun des exemples allégués n'est concluant. En ce qui concerne l'apparition du serpent, rien absolument dans notre texte ne suggère l'idée que le serpent «est une figure du Christ. Du reste, le serpent d'airain de Moïse a été «considéré comme figure «du Christ «en croix «dans toute la tradition chrétienne dès les premiers siècles. Cet argument n'a aucune valeur.

Le «*De Expugnatione Scäibis*» est, «en réalité, un document de premier «ordre contemporain de l'événement; il faut -évidemment tenir compte du genre littéraire «adopté par l'auteur (récit de miracle, •louange du roi). Mais la substance est authentique; plusieurs détails et en particulier les noms sont -confirmés «par des chartes du temps.

VII

Sur les autels jusqu'au XIII^e siècle

Fendant tout le moyen âge romain, encore au XII^e siècle et dans la première moitié du XIII^e, les autels sont toujours de pierre, ou de maçonnerie avec table de pierre, consacrés pour le lieu et au lieu où ils sont placés.

(Les Pontificaux de cette époque (voir par exemple le Pontifical de la Bifol. Mun. de Porto, n.º 1134 'et celui' de la même bibliothèque, n.º 353, qui sont du XIII^e siècle, celui d'Alcobaça, à la Bibl. Nat. de Lisbonne, n.º 162, plus récent) ne connaissent que les autels fixes.

L'usage de la pierre sacrée, consacrée «hors de l'église intéressée, et apportée pour être placée dans un autel de bois ou de pierre, est encore inconnu.

Il existe à cette époque des autels mobiles; mais ce sont de petits autels de voyage (*viaticum*), qui ne sont affectés à aucune église. Le *Rationale* de Durand de Mende, composé dans la seconde moitié du XIII^e siècle, dit expressément que ces autels de voyage sont portés d'un lieu à un autre et en voyage (*per viam portetur*); l'usage commence cependant à s'introduire de placer dans certaines églises un de ces autels de voyage dans une construction de bois (Livre I, Chapitre «VI, § 34). Telle est l'origine de l'usage actuel.

Les Pontificaux du XII^e siècle ne connaissent pas encore cet usage: ils ont trois bénédictions distinctes: *a*) consécration de l'autel principal, partie essentielle de la dédicace des églises; *b*) consécration isolée des autels secondaires assignés à une église; *c*) consécration des autels de voyage (*consecratio tabulae*).

L'idée que l'évêque ne se déplacerait pas pour consacrer l'autel d'un oratoire ou d'une petite église, et qu'il enverrait simplement une pierre d'autel n'est fondée que sur les usages modernes; la discipline du XII^e siècle ne justifie aucunement cette idée.

VI II

Sur les sens d'«oratoire» et de «chapelle»

Au sens actuel du mot, selon le droit canon, on appelle oratoire un lieu de culte *non public*, privé (particulier) ou semi-privé (Communautés). Le mot en lui-même n'indique pas que cette chapelle est à l'intérieur d'une maison et sans communication avec l'extérieur.

Mais on emploie couramment le mot oratoire pour désigner un lieu de culte de petite dimension, en latin *sacellum* ou *oratorium*.

Le mot chapelle, *capella*, a pris un sens analogue; primitivement le mot désigne le lieu de culte de la résidence royale ou seigneuriale, et aussi le personnel desservant ce lieu de culte. Le mot a été employé en premier lieu à la cour des rois francs, et vient de la petite chappe (*pequena capa*) de saint Martin, que l'on y conservait. Plus tard le mot a désigné les emplacements des autels secondaires dans les grandes églises.

IX

Sur le sens d'«ermida»

Ce mot, en usage seulement dans la Péninsule, désigne depuis le XVI^e siècle, et uniquement en langue vulgaire, une 'église située hors des agglomérations, *non affectée au service d'une paroisse*; ce n'est pas non plus un monastère, bien que *Yermida* puisse être desservie en permanence par un ou plusieurs prêtres ou religieux; c'est une 'église de pèlerinage local. Ainsi l'église des Olivais dans l'état où elle exista entre le départ des premiers franciscains en 1249 et l'arrivée des capucins en 1539, attirait les gens qui avaient une dévotion à saint Antoine l'ermite et à saint Antoine de Lisbonne; c'est pour cela que les auteurs du XV^e et au XVIII^e siècle lui donnaient le nom d'ermida¹, pour la décrire dans l'état où elle était avant 1539.

Le mot *ermida* en lui-même ne dit pas si l'édifice qu'elle

désigne est grand ou petit, s'il est desservi habituellement par un prêtre, ou non.

De ce mot on ne peut tirer aucune conclusion sur les faits du XII^e siècle, ni même sur l'importance de l'édifice au XVI^e.

Les lieux de culte qui ne dépendaient pas d'une paroisse ou d'un supérieur monastique, tombèrent, à la fin du moyen âge, sous la juridiction de la cathédrale, du chapitre; quand les capucins s'installèrent aux Olivais en 1539, ils durent obtenir l'autorisation du chapitre; les auteurs du XVII^e et XVIII^e siècle 'en ont conclu qu'il en était de même au XIII^e siècle. En réalité on n'en sait rien; rien ne prouve que le chapitre ait eu à intervenir en 1217. Le *Sacellum* des Olivais pouvait aussi bien appartenir à la famille royale.

Quant aux noms royaux, sur la pierre ou le parchemin, les «chartistes» savent en mesurer la signification.